

As aplicações do FND

Como previsto pelo Decreto-Lei nº 2.288, o Conselho Nacional de Desenvolvimento aprovou o orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento. Passaram-se cinco meses até que se decidissem das aplicações do FND, cujos recursos, em grande parte, provêm da arrecadação dos empréstimos compulsórios (sobre gasolina, álcool carburante e vendas de automóveis) criados pelo referido decreto-lei. Trata-se de um progresso no campo da ação administrativa, ainda que existam dúvidas acerca do funcionamento desse fundo.

O objetivo do FND foi "fornecer recursos para realização de investimentos necessários à dinamização do desenvolvimento nacional e apoio à iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas". Nota-se logo, observando a distribuição de recursos, que ao setor privado couberam apenas 16,5% dos 120 bilhões de cruzados autorizados. É evidente, assim, que o FND foi antes de tudo um instrumento para fortalecer o setor público. Naturalmente, pode argumentar-se que os investimentos no setor da energia e da

siderurgia (que receberam a parte do leão) ajudarão o setor privado, como também os investimentos em transporte e tecnologia. Cabe perguntar, no entanto, se maiores recursos aplicados no setor privado não teriam retorno mais rápido e maior.

O decreto-lei que criou o FND previra que o patrimônio inicial do fundo seria constituído pela entrega de ações de empresas controladas direta ou indiretamente pela União, e de propriedade de entidades da Administração Federal. Nas aplicações previstas nem sempre existem tais empresas, especialmente com rentabilidade suficiente para dar, a partir de 1989, os dividendos de 25% previstos no decreto-lei, assim como permitir que os recursos decorrentes dos empréstimos compulsórios tenham rendimentos iguais aos das cadernetas de poupança (correção monetária — calculada pelos rendimentos das Letras do Banco Central ou igual à variação do IPC — mais 6% ao ano). É preciso perguntar se as aplicações do FND na siderurgia e energia elétrica, cujos preços e tarifas estão fixados em níveis artificialmente baixos, as

aplicações na agricultura (com preços administrados...) e na pesquisa tecnológica terão tais rendimentos.

Curiosamente, as aplicações que teriam dado segurança quanto aos rendimentos previstos para os "empréstimos" compulsórios não foram contemplados pelo CDE. Queremos referir-nos aos programas habitacionais, que apresentam um déficit dramático no que tange à habitação popular. Foi muito oportunamente que o sr. Roberto Capuano, presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis de São Paulo, denunciou este esquecimento. É grave a não destinação de verbas, pois, sem recursos financeiros, o setor não se pode desenvolver, apesar de os investimentos eventualmente nele feitos representarem investimento social urgente com mercado seguro e efeitos multiplicadores sobre a atividade econômica. Na realidade, o governo quer apenas desenvolver os setores que estão sob seu controle, nem sempre muito eficientes...

O setor privado receberá sua ajuda através do BNDES. Sem dúvida é auxílio precioso, mas a quantia para

tal destinada é muito pequena, e teria sido necessário melhor definir os setores que serão atendidos e em que condições. Certamente, para atender às exigências de rentabilidade, tais aplicações seriam as melhores e permitiriam que o setor privado, que tanto contribuiu para fornecer recursos ao FND, tivesse um retorno indireto para os sacrifícios impostos.

Existe outro problema: até agora os recursos dos "empréstimos" compulsórios foram absorvidos pelo Banco Central, o que permitiu conter a expansão da base monetária em 290% (!) em 1986. É evidente que este dinheiro vai ter de voltar ao mercado com os investimentos, o que significa que teremos mais emissões monetárias ou mais emissões de títulos da dívida pública, aumentando esta expectativa inflacionária que o governo acaba de descobrir como fonte de inflação, esquecendo-se de dizer que é ele que alimenta tal expectativa. Teremos mais uma política de desenvolvimento pela inflação. Não é desprezível essa ameaça, num momento em que se registra o perigo de uma hiperinflação...